

HABEAS CORPUS Nº 549.142 - RN (2019/0359123-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ITALO HUGO LUCENA LOPES
ADVOGADO : ÍTALO HUGO LUCENA LOPES - RN015392
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : JOSE ALVES DE BRITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSE ALVES DE BRITO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (HC n. 0807561-49.2019.8.20.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A prisão em flagrante foi homologada e convertida em preventiva pelo juízo de primeiro grau, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 34):

[...], em análise dos pontos trazidos no pedido de liberdade, destaco inicialmente que, embora tenha sido apreendida baixa quantidade de droga, **os elementos colhidos durante a operação policial demonstram a existência de vários indícios que apontam a participação do investigado em Organização Criminosa, bem como o envolvimento deste na prática dos ilícitos previstos no art. 33, caput, da Lei Antidrogas.** Ademais, conforme elenca o Parquet, **a considerável quantidade em dinheiro apreendida, bem como as informações contidas no relatório policial de fls. 32/90 e as circunstâncias fáticas em que foram encontradas as drogas, demonstram, neste primeiro momento, que o material apreendido possivelmente se destinava ao tráfico.** Fatos esses que, embora não devam adiantar o mérito da demanda, ainda assim confirmam o flagrante do delito de tráfico de drogas, e não o de posse de drogas para consumo - como entende a defesa (cf. fl. 96, parágrafo 03). Adiante, quanto a possibilidade de aplicar as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP), como sabido, ao receber os autos de prisão em flagrante, o Juiz deve relaxar a prisão ilegal (inciso I, art. 310, do CPP), converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312

deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (inciso II, art. 310, do CPP), ou conceder a liberdade provisória, com ou sem fiança (inciso III, art. 310, do CPP). Nessa esteira de raciocínios, uma vez já analisada a legalidade da prisão em flagrante em prisão preventiva. Com efeito, **infere-se dos autos que contra o investigado pairam várias denúncias de populares, as quais o apontam como traficante de drogas e integrante da facção criminosa conhecida por "Sindicato do RN". Frisa-se também que dos autos, em especial do Relatório Policial de fls 32/90, é possível observar o envolvimento dessa Organização Criminosa em vários ilícitos ocorridos nesta urbe, destacando-se, entre eles, homicídios, roubos e tráfico de drogas.** Assim, tenho que a prisão preventiva é de extrema urgência, ao menos neste momento, uma vez que somente através dela é possível garantir a ordem pública. Não só isso, uma vez que **as denúncias anônimas tiveram extrema importância nesta e em outras investigações, é também de se destacar que a liberdade do investigado poderia causar comprometimento na aplicação da lei penal, uma vez que posto em liberdade ele poderia coagir as testemunhas.** Nesta linha, encontro motivos suficientes para decretar a prisão preventiva do custodiado, ex vi art. 311 do Código de Processo Penal. Destarte, elenca-se ainda que os pressupostos legais a serem respeitados no momento da decretação da custódia preventiva são a comprovação nos autos da probabilidade de que autuado tenha sido o autor de um fato típico e ilícito, não se exigindo, porém, a princípio, a prova plena ou a certeza necessária à condenação; a preservação da ordem pública e da ordem econômica, ou pela conveniência da instrução criminal ou com o fito de assegurar a aplicação da lei penal. Na presente hipótese, através de uma cognição sumária, a materialidade e a autoria - *fumus comissi delicti* - estão configuradas na prisão em flagrante do autuado, especialmente pelos elementos já expostos. Quanto ao *periculum libertatis*, observa-se que, **uma vez em liberdade, o autuado poderá, como já dito, comprometer o deslinde das investigações, constranger as testemunhas, e dificultar a instrução criminal.** Por último, quanto ao pedido de concessão de fiança, é importante frisar que, embora no crime em apreço possa ser aplicada, este instituto jurídico somente é conferido quando for reconhecido que o tráfico de entorpecentes é privilegiado (art. 44, § 4º, da Lei nº 11.343/06). Não sendo esta a hipótese em tela, uma vez que, conforme antes exposto, **existem fortes indícios de que o investigado participa da organização criminosa "Sindicato do Crime RN", bem como que ele se dedica à atividade criminosa.** Pelo exposto, homologo a prisão em flagrante de José Alves de Brito, e a converto em prisão preventiva, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313 do Código de Processo Penal, acrescendo que as medidas cautelares previstas do art. 319, não são aptas a resguardar a ordem pública, conveniência da instrução criminal, bem como aplicação da lei penal, levando em consideração o aso em concreto. [...]. (grifei)

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 57/58):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI 11.343/06). CLAUSURA LASTREADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REQUISITOS DA PREVENTIVA DEMONSTRADOS. QUANTUM SATIS PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO. PACIENTE INTEGRANTE DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ROUBOS E HOMICÍDIOS. CONDIÇÕES PESSOAIS QUE, POR SI SÓ, NÃO OBSTAM A CAUTELAR. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS A AMPARAR A CONVERSÃO DO CÁRCERE EM MEDIDA DIVERSA (ART. 319 DO CPP). INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. O R D E M CONHECIDA E DENEGADA.

A presente impetração funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar, sustentando a defesa que "em hipótese nenhuma o suposto flagrante há indícios de caracterização do delito de tráfico de drogas. No máximo, há a caracterização do delito de posse de drogas para o consumo, previsto no art. 28, da Lei de Drogas, posto que a quantidade de drogas é insignificante para caracterizar o delito de tráfico de drogas" (e-STJ fl. 4).

Afirma, ainda, que "a Decisão não analisou a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP" (e-STJ fl. 5).

Alega que "não existe nenhuma testemunha no feito, posto que as supostas denúncias foram ANÔNIMAS" (e-STJ fl. 5), bem como que "as próprias medidas cautelares diversas da prisão, são suficientes para afastar a prisão do acusado, haja vista possibilitar a proibição do ora acusado de aproximar de qualquer pessoa determinada ou de frequentar determinados lugares e comparecer em Juízo para justificar suas atividades ou mesmo até um monitoramento eletrônico, através de tornozeleira" (e-STJ fl. 6).

Defende que "Não existe nenhum indício de envolvimento do ora paciente com qualquer organização criminosa" (e-STJ fl. 9).

Assevera que o acusado é primário e possui residência fixa.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz, também, a ilegalidade da prisão por excesso de prazo na conclusão do inquérito policial.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, alternativamente, a sua substituição por outra medida cautelar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator